

# IMIGRAÇÃO AÇORIANA, PERCURSOS E TRAJETÓRIAS DE VIDA NAS CHARQUEADAS DE PELOTAS

— RIO GRANDE DO SUL, C. 1750–1830\*

STÉFANI HOLLMANN\*\*

MILENE DOS ANJOS\*\*\*

**Resumo:** *No fim do século XVIII, os territórios ao sul da América Portuguesa junto à fronteira com a América Espanhola foram ocupados por indivíduos de origens diversas. Estes além de povoar e manter o território da região sul da capitania do Rio Grande de São Pedro também foram responsáveis por realizar investimentos e dinamizar a economia da região. Paralelamente, aplicaram recursos nas primeiras charqueadas na região de Pelotas, transformando esta na principal fornecedora de carne seca do Brasil, até finais do século XIX. Estes investimentos garantiram aos seus proprietários distinção socioeconómica. Com base na reconstituição dos percursos de vida de três indivíduos vinculados ao arquipélago dos Açores, que migraram para o Rio Grande do Sul, é objetivo deste trabalho traçar algumas trajetórias, observar estudos de caso concretos em mobilidade geográfica e acompanhar as tentativas de alcançar ascensão sócio-ocupacional através da migração. As fontes históricas analisadas assentam em documentação paroquial através das quais é possível reconstituir as redes migratórias.*

**Palavras-chave:** açorianos; migrações; Rio Grande do Sul; trajetórias de vida; zonas de fronteira; charqueadores.

**Abstract:** *At the end of the 18<sup>th</sup> century, the territories in South Portuguese America near the border with Spanish America were occupied by individuals from different origins. In addition to populating and maintaining the Rio Grande de São Pedro territory, they were also responsible for making investments and boosting the region's economy. At the same time, resources were invested in the first charqueadas in the Pelotas region, transforming it into the leading supplier of jerky meat in Brazil until the end of the 19<sup>th</sup> century. These investments ensured their owner's socio-economic distinction. Based on the reconstitution of the life paths of three individuals linked to the Azores archipelago who migrated to Rio Grande do Sul, the objective of this work is to trace some trajectories,*

---

\* Trabalho e publicação desenvolvidos no âmbito do projeto de pesquisa *Construindo um mundo global: migrantes através do Atlântico – Local2Global*. Projeto de investigação científica no âmbito e financiado pelo Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM).

\*\* FLUP/CITCEM. Email: stefanihollmann@hotmail.com. Doutoranda em História pela Universidade do Porto, investigadora colaboradora do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) e bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Referência 2020.04534.BD). Licenciada e Mestre em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

\*\*\* FLUP/CITCEM. Email: milene\_ferriange@hotmail.com. Doutoranda em História na Universidade do Porto, FLUP. Investigadora do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM). Bolsista de doutoramento FCT financiada pelo orçamento português e pelo orçamento comunitário através do Fundo Social Europeu (Referência 2021.05346.BD).

*observe concrete case studies in geographic mobility and accompany the attempts to achieve socio-occupational ascension through migration. The analyzed historical sources are based on parish documentation through which it is possible to reconstitute the family migration networks.*

**Keywords:** Azoreans; migrations; Rio Grande do Sul; life trajectories; border zones; charqueadores.

## INTRODUÇÃO

Desde a segunda metade do século XX que o estudo dos fluxos migratórios, espontâneos ou forçados, de homens e mulheres naturais das ilhas do arquipélago dos Açores, que ao longo do período colonial migraram para regiões do sul do Brasil, tem suscitado especial interesse junto de uma diversificada comunidade de investigadores<sup>1</sup>. Dentro de um tema tão amplo, a presença de açorianos no processo português de ocupação em territórios alvo de conflitos e disputas refletiu-se na historiografia existente, com trabalhos sobre a sua participação na formação de importantes segmentos do povo brasileiro ao longo dos séculos XVII e XVIII<sup>2</sup>.

Numa altura em que Portugal e Espanha negociavam os limites entre os territórios sul-americanos, a travessia intensa e numerosa do Atlântico, de população masculina e feminina, controlada pela monarquia portuguesa, regulou a saída de açorianos e orientou a sua fixação em território brasileiro, contribuindo para o desenvolvimento territorial e económico de novas zonas no Brasil. Num primeiro momento, tinham como destino a Amazónia (Pará e Maranhão) e, mais tarde, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul<sup>3</sup>. Este movimento migratório de indivíduos constituiu um elemento de consolidação, de fixação de núcleos povoadores com a função de salvaguardar os interesses da Coroa portuguesa no Brasil. Entre 1748 e 1757, estima-se que tenham entrado no Rio Grande do Sul um grande número de açorianos, cerca de 2300 indivíduos, valor que representava dois terços da população sul-rio-grandense. Cerca de 30 anos depois, em 1780, 55% da população total do Rio Grande do Sul era composta por açorianos<sup>4</sup>.

Neste contexto, após décadas de disputa entre os vizinhos ibéricos pelo domínio da praça da Colónia do Sacramento, no Rio da Prata, a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, estabeleceu, definitivamente, o território do Rio Grande de São Pedro aos portugueses. Espaço este que, segundo o Tratado de Tordesilhas, pertencia à Coroa de Castela, mas que devido às incursões bandeirantes em rastreio de mão de obra indígena para ser escravizada, assim como a

---

1 FORTES, 1978; CORDEIRO, MADEIRA, 2003; TORRES, 2004; ROSA, SCHEMES, 2013; SCOTT, BERUTE, MATOS, 2014; ROSA, 2018, 2019.

2 BARROSO, SILVA, 1993; RODRIGUES, 2002; BARROSO, BROCHADO, TASSONI, 2002; RODRIGUES, MADEIRA, 2003.

3 PEDREIRA, 2001; GRAEBIN, 2004; RODRIGUES, ROCHA, 2008.

4 LAYTANO, 1969: 408.

busca por caminhos terrestres que ligassem Laguna — até 1680 o território mais ao sul da América Portuguesa — à Colónia do Sacramento (fundada na margem oposta a Buenos Aires no Rio da Prata e o primeiro incumprimento concreto do Tratado de 1494 por parte dos portugueses) acabaram por instalar povoados portugueses ao longo do território que se designava Rio Grande de São Pedro. Como uma «Fronteira em Movimento<sup>5</sup>», o território do Rio Grande de São Pedro permaneceu em disputa até finais do século XVIII e não recebeu nenhuma política efetiva de ocupação por parte da Coroa portuguesa, até aproximadamente a década de 1780.

A fim de contextualizar é importante mencionar que, em 1732, os portugueses fundaram o presidio de Rio Grande, próximo da Laguna dos Patos, sendo o único porto atlântico da região, em resposta à fundação do porto de Montevidéu, em 1724, por parte dos espanhóis. Rio Grande, além de porto, também era uma das vilas portuguesas nesse território em constante disputa entre os súbditos ibéricos. Esta zona também serviu como base alternativa aos lusos em relação a Sacramento, que era constantemente sitiada pelos castelhanos<sup>6</sup>. Desta maneira, esta região entre Laguna, em Santa Catarina, e o Rio da Prata foi, até meados do século XIX, uma fronteira perene, fluida, em movimento e manejada<sup>7</sup> pelos indivíduos que por ela circularam, sejam estes agentes públicos ou privados. Apesar da fundação de povoados e da distribuição de terras, a ocupação efetiva do território sulino na América Portuguesa deveu-se a dois factos concretos. O primeiro foi a ocupação espanhola do porto de Rio Grande em 1763, comandada por Pedro de Cevallos. Este que após 13 anos de dominação da vila retirou as tropas de Castela da praça em 1776<sup>8</sup>. O apoderamento de Rio Grande ocorreu paralelamente ao cerco à Colónia de Sacramento. Ambas as frentes — no Prata e no Atlântico — buscavam estrangular a economia lusa no sul, obrigando os portugueses a entregar Sacramento. Em suma, o intuito era a retirada dos lusitanos do Prata e o controle das rotas comerciais na região. Voltando ao continente, Rio Grande era, e é até hoje, o único porto atlântico do Rio Grande do Sul, fazendo-se fundamental a dominação da sua barra, para poder realizar o escoamento da produção por via marítima, em maior escala e de forma mais rápida, assim como receber suprimentos e comércio de outros pontos do Império Ultramarino. Neste

---

<sup>5</sup> KÜHN, 1999. O conceito de fronteira em movimento trata desta fronteira indefinida e pouco estabelecida até fins do século XVIII com a assinatura dos últimos tratados entre Portugal e Espanha que delimitaram as fronteiras. Contudo, também revela o movimento dos agentes nestes limites político-territoriais e que movimenta essa fronteira.

<sup>6</sup> PRADO, 2003.

<sup>7</sup> Utiliza-se do conceito de fronteira manejada de THOMPSON FLORES, 2012, apesar da autora não trabalhar com fronteira no mesmo período do que o analisado neste trabalho, o conceito apresentado também permeia as características fronteiriças de fins do século XVIII e dos seus agentes.

<sup>8</sup> Para a compreensão do domínio espanhol ao porto de Rio Grande, *vd.* VALDEZ, 2018.

sentido, a recuperação do porto por parte dos portugueses, neste momento, foi importante para voltar a girar a produção e economia da capitania. Ainda no contexto da ocupação espanhola, a região de Pelotas teria sido ocupada durante este período por portugueses que se retiraram de lá<sup>9</sup>. Com as fronteiras pacificadas e passando a estar definidas, o ambiente parecia propício para o investimento e a ocupação da região. Nas últimas décadas de Setecentos, a capitania passou a receber muitos imigrantes de diferentes origens, sobretudo açorianos. A Coroa portuguesa promovia a emigração de açorianos, não apenas pelo interesse em garantir um povoamento denso no sul do Brasil, mas por ser a melhor forma de preservar a posse de terra, assim como pela necessidade de aliviar a pressão populacional das ilhas açorianas. O segundo facto importante para a compreensão foi o já mencionado Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, que promoveu a retirada dos lusitanos da praça da Colónia do Sacramento, gerando uma migração interna na América Portuguesa e fazendo com que muitos destes indivíduos ingressassem na capitania sulina. Desta forma, Rio Grande passou a ser o porto luso-brasileiro mais ao sul e também o mais próximo do Rio da Prata, ponto de interesse antigo dos portugueses no domínio das rotas comerciais.

Ao longo do século XVIII, a presença de homens, mulheres e crianças açorianos no Rio Grande do Sul, especificamente na vila do Rio Grande (Fig. 3), emergiu no dinamismo demográfico e económico que marcou o povoamento e difundiu marcas identitárias na formação de novas cidades da capitania. Apesar de os territórios ao sul da América Portuguesa terem sido ocupados por indivíduos de origens diversas, o contingente açoriano foi o mais expressivo na formação demográfica e social do Rio Grande. Desta maneira, «podemos e devemos afirmar que existe algo de açoriano em tudo que se nos apresenta como tipicamente sul-rio-grandense»<sup>10</sup>. A presença açoriana implicou, para além de fluxos de pessoas, a transferência de conhecimentos e de experiências, como a aplicação de diferentes expressões linguísticas, novos hábitos alimentares e a influência nas práticas agrícolas como, por exemplo, a introdução do plantio do trigo<sup>11</sup>. É visível e é reconhecido o seu contributo na construção identitária local no território meridional brasileiro. Os seus estilos de dança (Fandango, Chimarrita, Quadri-lha), a aplicação de uma arquitetura com a utilização de figuras e trabalhos em talha dourada, o uso da pedra basáltica, a pintura das paredes brancas de cal, os telhados vermelhos e as janelas do tipo guilhotina foram um elemento visual característico da cultura açoriana<sup>12</sup>.

---

<sup>9</sup> GUTIERREZ, 2009.

<sup>10</sup> WIEDERSPAHN, 1979:133.

<sup>11</sup> TORRES, 2004; ALVES, 2005; RAMIREZ, 2005; SILVA, LAROQUE, MACHADO, 2017.

<sup>12</sup> NETO, BEZZI, 2008; BRAGA, 2011; ROSA, BARDEN, LAROQUE, 2018.

O manuseamento e o cruzamento da informação proporcionada pelos registos paroquiais (batismo, casamento e óbito) das ilhas açorianas Terceira, São Jorge e Faial e das freguesias de Rio Grande e São Francisco de Paula (Pelotas), no Rio Grande do Sul, permitem identificar e traçar os percursos de vida de açorianos presentes nas charqueadas de Pelotas em Rio Grande do Sul. Com o objetivo de colaborar para o aprofundamento da literatura sobre a mobilidade e a presença de açorianos no Brasil ao longo do século XVIII, mais concretamente junto à fronteira com o Uruguai, identificamos e apresentamos o percurso de alguns migrantes que, nascidos no arquipélago dos Açores, foram identificados nos registos paroquiais das freguesias acima mencionadas. Com base nas informações proporcionadas é possível traçar o histórico da trajetória individual e familiar, considerando as naturalidades, as idades e as ocupações. Buscar-se-á, em consonância com a informação das suas ocupações, esclarecer o cenário que influenciou a decisão de migrar. Seguindo uma abordagem baseada no indivíduo em mobilidade transoceânica, é objetivo deste trabalho contribuir para o debate científico respondendo às seguintes questões: Quais foram as motivações dos ilhéus açorianos em migrar? Os açorianos buscavam mobilidade socioeconómica através da imigração? Qual a importância do status socioprofissional que poderiam obter na migração? Como é que as redes que se estabeleceram anteriormente à chegada ao Novo Mundo e assim que imigraram auxiliaram a sua trajetória de vida e a escolha da sua ocupação profissional? A sua presença teve impacto no território anfitrião? Qual o contexto histórico nos Açores que levou estes indivíduos a migrarem para o Novo Mundo? Quais foram os pontos atrativos para que estes migrantes fossem para o Brasil?

## 1. FONTES E ÁREA EM ESTUDO

Os registos paroquiais (batismo, casamento e óbito) das ilhas Terceira, São Jorge e Faial dos Açores (Fig. 1)<sup>13</sup> e de Pelotas e Rio Grande<sup>14</sup> (Fig. 2) constituem as fontes primárias para o estudo da presença de açorianos nas charqueadas de Pelotas, no Rio Grande do Sul, entre 1750 e 1830. O seu manuseamento permitiu extrair informações sobre os atos vitais relativos aos indivíduos que nasceram, casaram ou morreram na área em observação e que, por cruzamento nominativo, permitiu acompanhar os percursos de vida dos indivíduos em mobilidade. Privilegiando a metodologia de «reconstituição de paróquias»<sup>15</sup>, assente na construção

---

<sup>13</sup> Base de dados genealógica de algumas ilhas, concretamente as ilhas de São Jorge, Faial e Terceira, que compõem o arquipélago dos Açores (*Base de Dados Paroquiais dos Açores*, [s.d.]).

<sup>14</sup> Arquivo da Diocese de Rio Grande (1779-1830) e Arquivo da Diocese de Pelotas (1812-1830).

<sup>15</sup> AMORIM, 1991.

de uma base de dados demográfica e genealógica por cruzamento nominativo dos atos vitais de todos os indivíduos.

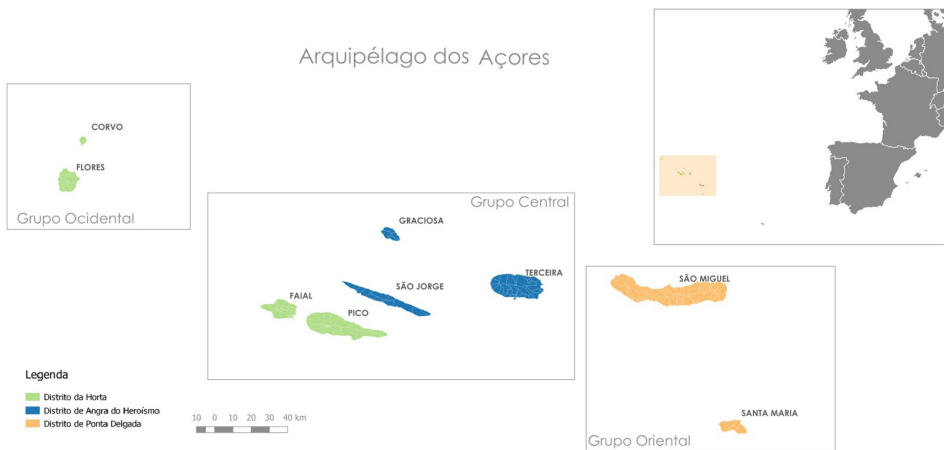
Ao longo das últimas décadas foram desenvolvidas em percurso académico uma série de bases de dados, no âmbito do Mestrado em História das Populações na Universidade do Minho, do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS), pelo grupo de História das Populações (CITCEM) e, mais recentemente, pelo grupo de Populações e Saúde (CITCEM), que foram alojadas numa base de dados central — o Repositório Genealógico Nacional. O RGN, com âmbito geográfico nacional, assenta numa estrutura relacional de informações, tanto individuais como familiares, que fundamenta e possibilita o estudo da reconstituição das redes migratórias em época pré-censitária. Com base na pesquisa e no cruzamento de informações nominativas a essa *database* central foram identificados 37 casos de açorianos que teriam emigrado para o Rio Grande do Sul. Com efeito, o cruzamento dos dados em encadeamento genealógico de colaboração, na perspetiva global, entre os registos portugueses e brasileiros, permitiu identificar a contagem de 37 casos, mas por uma questão de resultados e informações relevantes, centramo-nos em 3 estudos de caso de açorianos que, ao longo do seu percurso vital, emigraram, sozinhos ou acompanhados, para a região estudada e detiveram um papel socialmente destacado na localidade de destino. Trata-se de indivíduos que se fixaram nesta zona recém-povoada e que com a criação de laços familiares, através do casamento com mulheres nascidas na capitania, investiram no novo setor económico da região, as charqueadas. Enraizaram interesses sociais, quando entendemos que a busca por matrimónio era uma estratégia de ampliar as suas redes e influência sociais e de poder. Os registos paroquiais, além de possibilitarem o estudo das trajetórias de vida, também revelam estratégias sociais utilizadas por estes agentes na busca de distinção e ascensão sociais. Tivemos como núcleo de análise inicial o grupo que corresponde à primeira geração<sup>16</sup> de charqueadores, na região de Pelotas, no sul do Rio Grande do Sul. Este coletivo que se dedicou à produção de charque (carne seca), entre 1780 e 1830, transformou a antiga freguesia de São Francisco de Paula na principal região produtora de carne de todo o Brasil até finais de Oitocentos. Portanto, tomamos como base um dos principais grupos económicos da capitania do Rio Grande de São Pedro e, a partir dele, buscamos identificar açorianos entre os 63 indivíduos desse grupo de produtores de carne seca, para além dos sujeitos os quais se relacionavam com

---

<sup>16</sup> VARGAS, 2013. Na sua tese de doutoramento, Vargas divide mais de um século de produção charqueadora em três gerações administrativas das unidades saladeiras. A primeira geração estende-se entre as décadas de 1780 e 1830, período inicial das instalações das primeiras indústrias de carne; a segunda na década de 1850; e a terceira geração compreenderia as décadas entre 1870 e 1880, aproximadamente. Estas gerações dizem respeito à passagem da administração das propriedades e não necessariamente a gerações sanguíneas/familiares, embora muitas delas sejam passadas a herdeiros, não se toma isso como regra.

as pouco mais de seis dezenas de charqueadores. Para além disso, buscamos compreender as relações pessoais destes indivíduos, considerando a família como essencial tronco de análise e principal rede social destes indivíduos. Ainda cabe mencionar, a importância do estudo do parentesco espiritual, sobretudo nos territórios ultramarinos/meridionais, considerando estes similares aos vínculos sanguíneos em zonas recém-povoadas. Portanto, faz-se fundamental e muito interessante a análise dos registos paroquiais, considerando que este grupo, através dos sacramentos da Igreja católica, buscou o enraizamento social no local onde realizaram os seus investimentos económicos.

Para o presente trabalho contaremos com o estudo de percursos de vida de três indivíduos específicos, naturais das ilhas Terceira, São Jorge e Faial, pertencentes ao grupo central do arquipélago dos Açores (Fig. 1), que chegaram à capitania do Rio Grande de São Pedro em meados do século XVIII. A escolha por estes indivíduos deve-se à importância dos mesmos dentro do grupo analisado. Considerando esta relevância, também foi destes que obtivemos maior quantidade de dados, tanto informações particulares como familiares. Nesse sentido, tomamos estes três indivíduos como amostra central para o desenvolvimento do presente trabalho sobre a imigração e trajetória açoriana no Rio Grande do Sul durante o século XVIII.



**Fig. 1.** Mapa do arquipélago dos Açores

Fonte: Elaboração própria a partir da Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP)



**Fig. 2.** Mapa do Brasil e Tratados de Fronteira na região sul

Fonte: disponível em <<http://marcosbau.com.br/geobrasil-2/1763-2/>>



**Fig. 3.** Mapeamento do extremo sul da América

Fonte: Territórios portugueses e espanhóis na região do Rio Grande do Sul antes da guerra de 1776-1777. Autor: Jhonatan Gomes Diniz

## 2. O PAPEL DOS ILHÉUS NA CONSOLIDAÇÃO DO TERRITÓRIO E ECONOMIA LUSO-BRASILEIROS

Durante o século XVIII, com a descoberta das minas de ouro na região central do Brasil e com o incentivo por parte da Coroa portuguesa na introdução de novas culturas em território brasileiro, ocorreram algumas mudanças do norte ao sul da colônia. Na busca por demarcação de território, novas zonas distantes dos principais portos atlânticos foram ocupadas. Estas regiões, além de incentivo público, receberam reinvestimento, sobretudo do capital comercial, em diferentes regiões e economias<sup>17</sup>. Assim, no final de Setecentos, o Rio Grande de São Pedro era procurado por homens em busca de mobilidade social, que a tentavam alcançar, através de investimentos em terras e economias. Pelotas, como região recém-povoada e próxima ao porto atlântico, recebeu investimentos económicos, nomeadamente na indústria charqueadora. Devido a inúmeras características geográficas e climáticas, o sul da mencionada capitania pareceu ser propício para receber este investimento.

Desde o início de Setecentos que a produção de carne na região norte do Brasil estava muito vinculada à interiorização da população do território, com mercado consumidor próximo, nos engenhos e nos canaviais onde era alimento principal para a escravaria. Contudo, com a seca que ocorreu em fins do século XVIII na região, emergiu a busca por uma nova zona de produção. O Rio Grande de São Pedro apresentava características positivas para tal. Terras de campo largo, nas quais já havia gado solto, pastagem, clima mais ameno, fronteira recentemente pacificada (pouco povoada) e com necessidade de ocupação das novas terras. O deslocamento da produção de carne para o sul do Brasil emergiu com a chegada de novos habitantes e a busca por ocupar e definir a fronteira junto com os territórios hispânicos. Porém, também foi associada ao deslocamento do eixo económico com o crescimento da importância do Rio de Janeiro que, neste mesmo século, se tornou o principal porto luso-brasileiro no Atlântico, muito em detrimento das relações estabelecidas com o continente africano, sobretudo o comércio da população escrava.

Pelotas não foi a primeira região do Brasil a produzir carne. A produção no nordeste do Brasil já ocorria e servia para o abastecimento local, além de outras zonas da própria província sulina que já fabricavam este produto. Aqui é preciso compreender as características e posição geográfica que ocupou essa região, para visualizar a justificativa de implementação deste complexo charqueador em finais do século XVIII em uma zona ainda pouco explorada e povoada, e que ainda era distante dos polos consumidores desta mercadoria. A historiografia aponta para

---

<sup>17</sup> SAMPAIO, 2003.

um deslocamento do eixo produtor de carne seca para o sul do Brasil em fins de Setecentos por conta de uma forte seca que assolou o nordeste brasileiro<sup>18</sup>. Contudo, a produção de carne não parou definitivamente, o que ocorreu foi a diminuição da produção<sup>19</sup> que poderia ter sido deslocada para outras zonas do Brasil, mas foi a região mais meridional, próxima de outro espaço que iniciava em paralelo a produção de carne, e onde se encontrava um rebanho bovino considerável, que recebeu a atenção destes indivíduos. Simultaneamente à instalação do complexo charqueador em Pelotas, os espanhóis passaram a incentivar a produção de *carne salada y tasajo* no Vice-Reino da Prata, especialmente na Banda Oriental. Os espanhóis foram responsáveis pela introdução dos primeiros rebanhos bovinos naquela região, considerando a presença dos jesuítas e a consolidação das reduções na tentativa de ocupação territorial, quando o Rio Grande de São Pedro ainda era território da Coroa de Castela<sup>20</sup>. Nesse sentido, instalar uma indústria que necessitava desta matéria-prima numa zona onde havia gado em abundância poderia ser benéfico àqueles que conseguissem investir em terras, assim como para a Coroa que de certo modo o incentivou.

O Rio Grande do Sul não produzia gado suficiente para abastecer as charqueadas de Pelotas. O abate era significativo e a reprodução local muito pequena. Deste modo, os charqueadores eram totalmente dependentes do comércio legal ou do contrabando que ocorria na fronteira com a Banda Oriental<sup>21</sup>. Possivelmente, mais dependentes do contrabando do que do próprio comércio legal e isso significava que estes saladeiros tinham interesses no território vizinho. Assim sendo, além da proximidade com o porto de Rio Grande e o fácil escoamento da sua produção, a fronteira com o Uruguai foi um facilitador de acesso à matéria-prima base da indústria que mais se destacou na capitania e que passou a ser instalada paralelamente no Rio da Prata.

De maneira preliminar, pode-se entender que a fixação numa zona de fronteira seria um benefício econômico e social para os indivíduos que buscassem estabelecer a sua charqueada o mais próximo dessas zonas. Para entender a sua trajetória social é fundamental frisar que este grupo foi formado por indivíduos economicamente semelhantes. O que os une neste estudo é que todos se dedicaram à produção de charque em Pelotas, têm relações anteriores com o arquipélago dos Açores e que, em finais do século XVIII e início do XIX, transformaram, através do seu desenvolvimento econômico, a zona de chegada em principal produtora de carne e derivados de gado do Brasil.

---

<sup>18</sup> VIEIRA JUNIOR, 2009.

<sup>19</sup> NOGUEIRA, 2021.

<sup>20</sup> LOBB, 1976.

<sup>21</sup> GUTIERREZ, 2009.

Além de investirem e ocuparem as terras, estes agentes fronteiriços necessitavam ser capazes de defendê-las ou de estendê-las em nome do monarca. Afinal, a propriedade de terra foi-lhes dada em forma de mercê por parte da Coroa. Inclusive esta era uma das prerrogativas para conseguir uma sesmaria, capacidade de controle, posse e cultivo da terra<sup>22</sup>. O Império Ultramarino Português foi construído por esses agentes e pelas redes que tiveram capacidade de estabelecer. Além disso, os interesses públicos e privados, apesar de algumas vezes não serem os mesmos, complementavam-se e garantiram a estrutura e suporte da manutenção do projeto imperial à Época Moderna<sup>23</sup>. As redes estabelecidas pelos indivíduos migrados, entre o local e o central, com a nova zona habitada e a metrópole, eram pilares de sustentação do Império, assim como de suas políticas territoriais e económicas. A Coroa portuguesa moldava as suas políticas conforme as necessidades locais e a necessidade da economia colonial, considerando o poder dos diferentes territórios em relação ao centro de poder<sup>24</sup>. É neste contexto que decorrem alguns recrutamentos militares feitos nas ilhas dos Açores com destino ao Brasil. A movimentação de açorianos, principalmente do sexo masculino em idade ativa, para o exercício militar, assumiu contornos de uma verdadeira emigração, com características singulares que condicionaram o movimento natural dos ilhéus. Os seus efeitos refletiram-se na estrutura demográfica e socioeconómica do arquipélago, por exemplo, com a falta de mão de obra masculina jovem. Por outro lado, a pressão demográfica em algumas ilhas refletia uma forte tensão e desigualdade sobre a posse e distribuição de terra. O arquipélago dos Açores, inserido num quadro global de ruralidade associado a um atraso estrutural da economia insular, compõe um cenário com poucas alternativas para absorver a mão de obra disponível<sup>25</sup>.

Com um ambiente geográfico pouco favorável, com uma complexa orografia, marcado pela ameaça de erupções vulcânicas que sucederam ciclicamente com frequentes manifestações de atividade sísmica, os açorianos desenvolveram a sua economia a partir da exploração da terra e dos recursos oferecidos pelo mar. Apesar das amplas pastagens de gado (bovinos, caprinos, suínos e ovinos), num quadro de economia familiar de subsistência, a proporção do consumo de carne na dieta alimentar foi sempre muito reduzida. O consumo de cereais foi fundamental na preparação do pão e do *bolo*, confeccionado com «farinha de milho com um pouco de mistura de farinha de trigo, escaldadas as farinhas sem fermento, cozido em fornos grandes»<sup>26</sup>. Salientar que, a dimensão do território insular e a

---

<sup>22</sup> LOBB, 1976.

<sup>23</sup> POLÓNIA, 2016, 2020; ANTUNES, POLÓNIA, 2019; BICALHO, 2007; KÜHN, 2009, 2012, 2017.

<sup>24</sup> HERZOG, 2015.

<sup>25</sup> ROCHA, RODRIGUES, 1991; RODRIGUES, ROCHA, 2008.

<sup>26</sup> AMORIM, 1992, 2002.

necessidade de ultrapassar as limitações impostas à exploração agrícola e ao desenvolvimento económico favoreceram a mobilidade de homens e mulheres açorianos que se deslocaram para o Brasil enquanto a Coroa portuguesa buscava consolidar a sua presença colonial.

### 3. IMIGRAÇÃO AÇORIANA COMO RECURSO IMPERIAL NA MODERNIDADE: ESTUDOS DE CASO DE AÇORIANOS ESTABELECIDOS NO RIO GRANDE DO SUL

Com base na reconstituição dos percursos de vida dos homens e mulheres açorianos que emigraram para a região de Pelotas, entre 1750 e 1830, apresentam-se alguns estudos de caso com a descrição biográfica de indivíduos que se fixaram e desempenharam um papel sociodiferencial na sociedade sul-rio-grandense.

O primeiro caso é o de João Simões Lopes, nascido a 16 de dezembro de 1779 na freguesia de Santa Engrácia em Lisboa e falecido com 73 anos a 12 de setembro de 1853 em Pelotas, Rio Grande do Sul. Filho de José Lopes e de Teresa Maria. A família surge na base de dados da ilha do Faial (paróquia de Castelo Branco) sediada no RGN, contudo não temos conhecimento de informações concretas, uma vez que nos registos paroquiais de Pelotas e de Rio Grande o casal é mencionado como natural de Lisboa. A hipótese que se levanta é de que algum dos membros, possivelmente a mãe, seria natural da ilha do Faial. Conhecemos ainda a existência do irmão Francisco, do qual não contamos de mais dados disponíveis. João Simões Lopes, chegando solteiro a Pelotas, buscou matrimónio como forma de enraizamento social, casando-se a 16 de julho de 1815 em Pelotas (Brasil) com Isabel Doroteia da Fontoura, nascida a 11 de janeiro de 1795 em Viamão (Rio Grande do Sul) e falecida com 46 anos a 26 junho de 1841 em Pelotas. Da união resultou o nascimento de 8 filhos, todos nascidos em Pelotas: um dos filhos, João Simões Lopes Júnior, nasceu a 1 de agosto 1817 e faleceu a 25 de outubro de 1893 em Pelotas com 76 anos, e foi agraciado pelo imperador D. Pedro II com o título de Visconde da Graça; sobre uma das filhas, Cândida Clara da Fontoura, temos a informação de que detinha o título de Baronesa de Jarau, provavelmente alcançado pelo casamento com Joaquim José Asumção, Barão de Jarau e charqueador da segunda e terceira geração, filho de pai homónimo, que também se dedicou à produção de charque nas primeiras décadas do século XIX.

Filho de José Lopes, João Simões Lopes foi um dos charqueadores que se dedicou a mais do que uma ocupação. João Simões Lopes foi um dos poucos saladeiros da primeira geração que garantiu sucessão familiar. Foi o principal

importador de sal nos anos de 1804, 1815 e entre 1834 e 1851<sup>27</sup>. Também ganhou o título de Comendador. Comerciante matriculado na Real Junta do Comércio do Rio de Janeiro, pede ao Reino, ainda em fins do século XVIII, que se crie uma alfândega no porto de Rio Grande, a fim de facilitar o comércio na região. Até aquele momento, toda embarcação que chegasse ou saísse de Rio Grande precisava passar pelo porto do Rio de Janeiro, que era responsável pelo controle aduaneiro<sup>28</sup>. Naquele momento, ele teve seu pedido negado, porém, já no início do século XIX, a alfândega foi criada. João Simões Lopes também possuía conexões com o Rio da Prata, no ano de 1819 apareceu em registo da Aduana de Montevideu. O português deveria pagar 1074 pesos de reis para a introdução de produtos no porto de Montevideu. Contudo o capitão-geral pediu para que fosse abonado esta dívida.<sup>29</sup> Lopes deixou de aplicar capital nas entradas marítimas e aplicou no consulado e no hospital. Não foi pago em moeda. Foi provavelmente em mercadoria, como espécie de caridade. A sua dívida com a Aduana foi negociada em troca de uma doação ao hospital, que provavelmente foi paga em mercadorias. Ainda Simões Lopes garantiu sucessão familiar, tendo o seu filho João Simões Lopes Júnior representado a sua família ao longo da segunda geração de charqueadores, recebendo o título de Visconde da Graça e tornando-se muito próximo da corte do então imperador D. Pedro II.

João Jacintho de Mendonça era filho de André Francisco Mendonça e de Maria Anunciada e irmão de Rita Carlota de Bettencourt e Mendonça (Dona), nascida a 7 de maio de 1798 na paróquia de Santa Luzia de Angra do Heroísmo (ilha Terceira), casada com Francisco Bettencourt Pereira e Melo. Estes tiveram 2 filhos, Teotónio e Carlota, nascidos na Horta (Faial). João Jacintho de Mendonça aparece mencionado nas fontes paroquiais de Pelotas e Rio Grande como natural de Santa Luzia nos Açores, na ilha Terceira. Casou com Florinda Luísa da Silva, natural de Rio Grande aos 22 dias de abril de 1816. O sogro, José Tomás da Silva, natural da Candelária, no Rio de Janeiro, também se dedicava à produção de charque neste mesmo momento em Pelotas. Este matrimónio, que gerou pelo menos 13 filhos, aponta para a importância das estratégias matrimoniais nesta região recém-povoada. Uma vez que estes indivíduos aumentavam a sua rede social e incentivavam o alargamento da sua influência na sociedade em que se inseriam. João Jacintho ainda tinha outro cunhado charqueador, Alexandre Vieira da Cunha. Este que, por sua vez, era filho de José Vieira da Cunha, um quarto charqueador que também atuou nas décadas acima mencionadas. Importante mencionar que uma peculiaridade dos charqueadores de Pelotas é

---

<sup>27</sup> BERUTE, 2011.

<sup>28</sup> AHU\_ACL\_CU\_019, CX. 3, D.237.

<sup>29</sup> AGNURG. *Archivo General Administrativo*, Aduana Libro Auxiliar de 1817, Libro 112.

que não possuíram juntas ou associações que os colocassem enquanto grupo ocupacional. Assim, as relações familiares que estabeleceram reproduziam os efeitos da sociedade económica e auxílio na produção e comercialização do produto. Deste modo, os registos matrimoniais e de batismos nesta comunidade são fontes relevantes para o estudo socioeconómico no contexto de migração.

O último caso apresentado é de Simão Pereira da Silva, natural da vila das Velas da ilha de São Jorge. Casou primeira vez com Mariana do Rosário, nascida na paróquia do Topo da mesma ilha e falecida no Rio Grande do Sul (Brasil). Tiveram 3 filhos, todos nascidos em Rio Grande do Sul: Custódio, Joaquina Rosa e Diogo Pereira Silva. Casou segunda vez a 23 de novembro de 1760 em Rio Grande com Ana Maria, nascida a 4 de abril de 1742 na paróquia de Cedros na ilha do Faial (Açores). Tiveram 12 filhos, aparentemente todos nascidos em Mostardas no Rio Grande do Sul. Segundo os dados disponíveis sabemos que alguns deles formaram família. Por exemplo, Luís Pereira da Silva, filho do segundo matrimónio, dedicou-se à produção de charque entre 1780 e 1830 em Pelotas, onde se casou duas vezes. A primeira com Ana Luísa de Jesus, natural de Rio Grande, e a segunda com Luísa Maria de Mostardas. Na globalidade, Simão Pereira da Silva teve 5 filhas, 3 do primeiro casamento e 2 do segundo.

## NOTAS FINAIS

O sul da América Portuguesa era um espaço propício para a composição de relações sociais. Um bom exemplo disso eram os vínculos constituídos por pais e padrinhos perante a pia batismal. A relação religiosa constituía um elemento estratégico de uniões sociais, de composição de alianças e laços de reciprocidade e solidariedade que poderiam auxiliar alguns indivíduos a garantirem maior influência na sociedade, principalmente, em locais em que não possuíam vínculos anteriores, como era o caso de Pelotas, região recém-povoada. A família espiritual, formada por laços de matrimónio e batismo, tinha tanta importância quanto a sanguínea. Nos primeiros momentos em Pelotas, o estabelecimento de vínculos familiares colaborou na consolidação social destes indivíduos, que possivelmente teve reflexo no desenvolvimento das suas redes económicas ou pelo menos no suporte delas.

O grupo de charqueadores ao longo do período em que desenvolveu a sua atividade em Pelotas, criou a «consciência de elite»<sup>30</sup>. O que significa que era um grupo consciente da sua influência e capacidade de persuasão entre o local e o central, entre Pelotas e o Rio de Janeiro, por exemplo. Era uma elite regional —

---

<sup>30</sup> VARGAS, 2013.

uma elite dentro da elite terratenente brasileira, que não disputava espaços com as principais elites brasileiras junto da corte, mas que garantia o seu lugar no poder e na administração local. Garantia nobilitação — com títulos de barões, viscondes, comendadores, patentes militares (como normal em regiões de fronteira) e sabia articular-se a partir dos seus interesses junto à corte, num período em que a diferença entre os interesses privados e públicos era muito ténue. Tratava-se de uma zona de fronteira que necessitava que os interesses públicos e privados estivessem minimamente alinhados para a manutenção do domínio territorial e garantia da administração de um Império tão vasto territorialmente.

A imigração para o Rio Grande de São Pedro possibilitou a estes indivíduos o ingresso em redes transimperiais e transatlânticas que os puseram em uma posição socioeconómica importante dentro das comunidades que se inseriam. A categoria de charqueador, referia-se à posse dos meios de produção do charque, contudo, para além disso, estes indivíduos tinham outros ofícios. Dificilmente se dedicaram exclusivamente a este ramo da pecuária. Além da produção de charque, paralelamente a extração do couro e do sebo enriqueciam a lista de géneros produzidos nas unidades saladeiras. Muito ligados ao comércio destas mercadorias, os agentes aqui estudados circulavam por mais de uma ocupação e faziam assim aumentar a sua influência assim como os montantes que as suas ocupações geravam.

Com o mapeamento de outros indivíduos que migraram dos Açores para a região de Pelotas e Rio Grande, porém, os indivíduos acima mencionados foram alguns dos que mais se destacaram ou tiveram mais desenvolvimento familiar no âmbito local. Os resultados demonstram que o uso de dados em encadeamento genealógico e colaborativo permite apoiar a historiografia existente, mas também enriquecê-la. O acompanhamento dos percursos de vida permitiu-nos conhecer e apresentar o contexto familiar e as trajetórias individuais dos emigrantes açorianos. A identificação de indivíduos e de casais que emigraram para o Brasil com o cruzamento sistemático dos dados proporcionados pelos registos paroquiais de Pelotas (Rio Grande do Sul) favoreceu a validação da informação, o aperfeiçoamento da análise de genealogias e relações de parentesco e permitiu aprofundar o estudo dos percursos dos migrantes desde o Reino e arquipélagos até à costa do Estado do Brasil. Considerando que conhecemos as naturalidades, idades, ocupações e destinos, podemos mapear o enraizamento territorial e socioeconómico junto à fronteira com o atual território uruguaio.

## FONTES

### Archivo General de la Nación – Uruguay

AGNURG. *Archivo General Administrativo*, Aduana Libro Auxiliar de 1817, Libro 112

### Arquivo da Diocese de Pelotas

ADP. 1.º, 2.º, 3.º, 4.º, 5.º Livro de Batismos de Pelotas (1812- 847)

ADP. 1.º Livro de Casamento de Pelotas (1825-1844)

### Arquivo da Diocese de Rio Grande

ADRG. 5.º, 6.º, 7.º 8.º, 9.º Livro de Batismo de Rio Grande (1776-1810)

### Arquivo Histórico Ultramarino

AHU\_ACL\_CU\_019, CX. 3, D.237 (*Projeto Resgate*)

## BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Luiz Antônio (2005). *Memorial Açoriano: Genealogia do século XVIII – Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST Edições.
- AMORIM, Maria Norberta (1991). *Uma metodologia de reconstituição de paróquias*. «Boletim de la Asociación de Demografía Historica». IX, 7-25.
- AMORIM, Maria Norberta (1992). *Evolução demográfica de três paróquias do Sul do Pico (1680-1980)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- AMORIM, Maria Norberta (2002). *População e recursos básicos. As quatro ilhas do ex-distrito da Horta em finais do século XIX*. In *Colóquio o Faial e a Periferia Açoriana nos Séculos XV a XX: actas*. Horta: Núcleo Cultural da Horta, pp. 175–205. [Consult. 16 jan. 2022]. Disponível em <<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4348/1/população.pdf>>.
- ANTUNES, Cátia; POLÓNIA, Amélia (2019). *Afterword. Building a global world beyond empires*. In POLÓNIA, Amélia; ANTUNES, Cátia, ed. *Mechanisms of global empire building*. Porto: CITCEM; Afrontamento, pp. 175-179.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel; BROCHADO, Suzana S.; TASSONI, Tatiani de Souza (2002). *Açorianos, proprietários de terras no Rio Grande do Sul 1770-1800 (Documentos Interessantes do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – códices F1229, F1230, F1231)*. In BARROSO, Véra Lucia Maciel, dir. *Açorianos no Brasil*. Porto Alegre: EST Edições.
- BARROSO, Véra Lucia Maciel; SILVA, Augusto Gomes (1993). *Presença açoriana em Santo Antônio da Patrulha e no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST Edições.
- BASES DE DADOS Paroquiais dos Açores. «RGN: Repositório Genealógico Nacional». [s.d.]. [Consult. 10 dez. 2022]. Disponível em <[www.csarmento.uminho.pt](http://www.csarmento.uminho.pt)>.
- BERUTE, Gabriel S. (2011). *Atividades mercantis do Rio Grande de São Pedro: negócios, mercadorias e agentes mercantis (1808-1850)*. Porto Alegre: PPG-História da UFRGS. Tese de doutoramento.

- BICALHO, Maria Fernanda (2007). *Dos 'Estados Nacionais' ao 'sentido da colonização': história moderna e historiografia do Brasil colonial*. In ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca, orgs. *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 67-87.
- BRAGA, Reginaldo Gil (2011). *Folias do Divino, bandas e foguetórios em antigos povoados açorianos do Rio Grande do Sul (Brasil): transformando e reorganizando antigas tradições ou (re) inventando raízes baseadas em rotas atlânticas recentes*. «Revista Performa11-Encontros de Investigação em Performance-Portugal». [Consult. 2 fev. 2023]. Disponível em <<http://performa.web.ua.pt/pdf/actas2011/ReginaldoBraga.pdf>>.
- CAOP: *Carta Administrativa Oficial de Portugal*. 2012. [Consult. 28 dez. 2022]. Disponível em <<https://www.dgterritorio.gov.pt/cartografia/cartografia-tematica/caop>>.
- CARNEIRO, David (1938). *História da Guerra de Cisplatina*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional.
- CORDEIRO, Carlos Alberto da Costa; MADEIRA, Artur Boavida (2003). *A emigração açoriana para o Brasil (1541-1820): uma leitura em torno dos interesses e vontades*. «ARQUIPÉLAGO. História». 2.ª Série. 7, 99-122.
- FORTES, General João Borges (1978). *Os Casais Açorianos. Presença lusa na formação do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro Editor.
- GRAEBIN, Cleusa Maria Gomes (2004). *Sonhos, desilusões e formas provisórias de existência: os Açorianos no Rio Grande de São Pedro*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio Sinos. Tese de doutoramento.
- GUTIERREZ, Ester Judite Bendjouya (2009). *Sítio charqueador pelotense*. In BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau, coord. geral. *História Geral do Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: Méritos Editora, pp. 231-256. Vol. 2: *Império*,
- HERZOG, Tamar (2015). *Frontiers of Possession. Spain and Portugal in Europe and the Americas*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- KÜHN, Fábio (1999). *A fronteira em movimento: relações luso-castelhanas na segunda metade do século XVIII*. «Estudos Ibero-Americanos. PUCRS». 25:2, 91-112.
- KÜHN, Fábio (2009). *Os homens do governador: Relações de parentesco e redes sociais no Continente do Rio Grande (1769-1780)*. In GUAZZELLI, César Augusto Barcellos; THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha; ÁVILA, Arthur Lima de, coord. *Fronteiras americanas: teoria e práticas de pesquisa*. Porto Alegre: Susani Letras & Vida.
- KÜHN, Fábio (2010). *As redes da distinção: familiares da Inquisição na América Portuguesa do século XVIII*. «Varia História». 26:43, 177-195.
- KÜHN, Fábio (2012). *Os interesses do governador: Luiz Garcia de Bivar e os negociantes da Colônia do Sacramento (1749-1760)*. «Topoi. Revista de História». 13:24, 29-42.
- KÜHN, Fábio (2017). *Conexões Negreiras: contrabandistas de escravos no Atlântico Sul (Rio da Prata, 1730-1752)*. «Anos 90». 24:45, 101-132.
- LAYTANO, Dante (1969). *Colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. [Consult. 21 set. 2023]. Disponível em <[https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1544024482\\_500d80f57cf30fcd47a3cfac2c20bf21.pdf](https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2018-12/1544024482_500d80f57cf30fcd47a3cfac2c20bf21.pdf)>.

- LOBB, C. Gary (1976). *The Sesmaria in Rio Grande do Sul: A Successful Frontier Institution, 1737-1823*. «Yearbook of the Association of Pacific Coast Geographers», 38: 49-63.
- MAESTRI FILHO, Mário José (1984). *O escravo no Rio Grande do Sul – A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*. Caixas do Sul, RS: EDUCS: Editora da Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: EST Edições.
- NETO, Helena Brum; BEZZI, Meri Lourdes (2008). *Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha*. «Sociedade & Natureza». 20:2, 135-155.
- NOGUEIRA, Gabriel Parente (2021). *Às margens do Império: a pecuária das carnes salgadas e o comércio nos portos da porção oriental da costa leste-oeste da América portuguesa nas dinâmicas de um império em movimento (século XVIII)*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. Tese de doutoramento.
- PEDREIRA, Jorge M. (2001). *Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII)*. «Do Brasil à Metrópole. Efeitos sociais». 8, 47-72.
- POLÓNIA, Amélia (2016). *Novas perspectivas sobre a História da Expansão Portuguesa – Estado versus indivíduos na construção do Império marítimo português*. In *Memórias 2015*. Lisboa: Academia da Marinha, pp. 289-307.
- POLÓNIA, Amélia (2020). *Redes formais e informais de trocas técnicas científicas e culturais no Estado da Índia (séculos XVI – XVIII)*. In RODRIGUES, Vítor Gaspar; AVELAR, Ana Paula, coord. . *Os Portugueses e a Ásia Marítima: trocas científicas, técnicas e sócio-culturais (séculos XVI-XVIII)*. Lisboa: Academia de Marinha, pp. 145-158.
- POLÓNIA, Amélia; ANTUNES, Cátia (2019). *Introduction. Mechanisms of Global Empire Building*. In POLÓNIA, Amélia; ANTUNES, Cátia, ed. *Mechanisms of global empire building*. Porto: CITCEM; Afrontamento, pp. 5-10.
- PRADO, Fabrício Pereira (2003). *Colônia do Sacramento: a situação na fronteira platina no século XVIII*. «Horizontes Antropológicos». 9:19, 79-104.
- RAMIREZ, Hugo (2005). *Paradigmas da Açorianidade no Rio Grande do Sul: a obra pioneira dos lusodescendentes*. Porto Alegre: Caravela.
- ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (1991). *Contributo para o estudo da população dos Açores nos finais do séc. XVIII*. In *Actas do III Colóquio Internacional – Os Açores e o Atlântico*. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, vol. II, pp. 53-99.
- RODRIGUES, José Damião (2002). *Entre duas margens: a circulação atlântica dos açorianos nos séculos XVII e XVIII*. «ARQUIPÉLAGO. História». 2.ª Série. 6, 225-245.
- RODRIGUES, José Damião; MADEIRA, Artur Boavida (2003). *Rivalidades imperiais e emigração: os açorianos no Maranhão e no Pará nos séculos XVII e XVIII*. «Anais de História de Além-Mar. IV, 247-263.
- RODRIGUES, José Damião; ROCHA, Gilberta Pavão Nunes (2008). *A emigração açoriana para o Brasil: ritmos e destinos*. In MATOS, Maria Izilda S. de; SOUSA, Fernando de; HECKER, Alexandre, eds. *Deslocamentos e história: os Portugueses*. Bauru, SP: EDUSC, pp. 245-258.
- ROSA, Cibele Caroline da (2018). *Arranchar-se do outro lado do Atlântico: açorianos na freguesia de Taquari (sul da América portuguesa, 1750-1800)*. «AEDOS». 10:22, 106-124..

- ROSA, Cibele Caroline da (2019). *Nas lentes do microscópio: estratégias de inserção socioeconômica de migrantes açorianos no sul da América portuguesa a partir da trajetória do casal Simões Pires (Rio Pardo, segunda metade do século XVIII)*. In KARSBURG, Alexandre; VENDRAME, Maíra Inês, dir. *Variações da Micro-História no Brasil: temas, abordagens e desafios*. São Leopoldo: Oikos, pp. 11-26.
- ROSA, Cibele Caroline da; BARDEN, Júlia Elisabete; LAROQUE, Luís F. Silva (2018). *Patrimônio, memória e identidade: estudo de caso do terno de reis entre descendentes de açorianos no vale do Taquari, Rio Grande do Sul/Brasil*. «Revista Outras Fronteiras». 5:1, 123-137.
- ROSA, Letícia Vieira Braga da; SCHEMES, Claudia (2013). *A colonização açoriana e a fundação de San Carlos*. «Revista Digital Estudios Historicos». 11 (dez.). Disponível em <<http://www.estudioshistoricos.org/11/art16.pdf>>.
- SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de (2003). *Na encruzilhada do império: hierarquia social e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.
- SCOTT, Ana Sílvia; BERUTE, Gabriel Santos; MATOS, Paulo Teodoro (2014). *Gentes das Ilhas. Trajetórias transatlânticas dos Açores ao Rio Grande de São Pedro entre as décadas de 1740 a 1790*. São Leopoldo: Oikos Editora.
- SILVA, Cleidirose da; LAROQUE, Luís Fernando da Silva; MACHADO, Neli Teresinha Galarce (2017). *Tradições Culturais Açorianas e de Seus Descendentes na Região Vale do Taquari, Rio Grande Do Sul/Brasil*. «Revista Destaques Acadêmicos», 9:2, 185-205.
- THOMPSON FLORES, Mariana F. da C. (2012). *Crimes de fronteira: a criminalidade na fronteira meridional do Brasil (1845-1889)*. Porto Alegre: PUCRS.
- TORRES, Luiz Henrique (2004). *A Colonização Açoriana no Rio Grande do Sul (1752-63)*. «Biblos». 16, 177-189.
- VALDEZ, Luísa C. (2018). *Desertores portugueses no Rio Grande de São Pedro Espanhol: Análise de casos em uma região de fronteira (1763-1776)*. In OLIVEIRA, Carmen Margarida et al., orgs. *Anais do VII Encontro Internacional de História Colonial*. Mossoró, RN: EDUERN, pp. 25-42.
- VARGAS, Jonas Moreira (2013). *“Pelos margens do Atlântico”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ. Tese de doutoramento.
- VIEIRA JUNIOR, Antônio Otaviano (2009). *De Família, Charque e Inquisição se fez a trajetória dos Pinto Martins (1749-1824)*. «Anos 90». 16:30, 187-214.
- WIEDERSPAHN, Henrique Oscar (1979). *A colonização açoriana no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EST; Instituto Cultural Português.

